



Os Donos do Poder: sobre a origem da nação brasileira

Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite

Mestrando em História pela UFMG

augustobrunoc@yahoo.com.br

RESUMO: *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro* não se trata de um texto descompromissado, fechado em discussões internas à academia, mas, sim, de uma obra que pensa o Brasil. Objetiva-se aqui conjecturar sobre a pertinência da teoria do Estado patrimonial-estamental brasileiro e seus desdobramentos, discutindo as asserções do autor e as críticas recebidas pela teoria faoriana. Partindo da Revolução do Mestre de Avis português para chegar aos anos de ação do ex-presidente Getúlio Vargas, em um recorte extenso, Raymundo Faoro propõe algo além da conhecida chave interpretativa – Estado patrimonial-estamental. O jurista-historiador delimita os contornos de uma teoria da origem da nação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Nação, Origem, Faoro.

ABSTRACT: *The Power Owners: The Formation of the Brazilian Patronage Group*, written by Raymundo Faoro, is not just an academic text, but rather a book devoted to think about the foundations of Brazil. This article approaches the relevance of the Brazilian patrimonial state theory and its consequences, debating the author's assertions and and its critics. From the revolution of the Portuguese Master of Avis (1383-1385) to the former President Getúlio Vargas Era (1930-1945 and 1951-1954), in a quite extensive time gap, Raymundo Faoro goes further the familiar interpretative key, the patrimonial state. The lawyer-historian outlines a theory of the origin of the Brazilian nation.

KEYWORDS: Nation, Origin, Raymundo Faoro.

*Você, meu brasileiro,
não acha que já é tempo de aprender
e de atender àquela brava gente
fugindo à caridade de ocasião
e ao vício de esperar tudo da oração?*

Carlos Drummond de Andrade

Caso perguntem a um indivíduo quem ele é, o que o mesmo responde? Recorre esse a sua experiência e, depois de organizar um pouco as lembranças que na mente pairam embaraçadas, configura um esboço de identidade, respondendo a seu contento à pergunta

¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. Prece do brasileiro: um ensaio estilístico. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 30 de maio de 1970, Caderno B, p. 37



um tanto complexa, carregada de um teor ontológico. Em uma escala macro, a mesma indagação cabe a uma nação? Exemplo: quem somos nós, ditos brasileiros? Mesmo levando em conta a medida ideológico-política e cultural, ou seja, imaginária do “ser brasileiro”, deve-se lembrar que é a experiência de fato, a experiência política e social vivida. Daí a pertinência em análises dessa experiência.

Um Estado-nação subentende, obviamente, um Estado e uma nação. São entidades que informam uma à outra quem são. O Estado, enquanto entidade palpável, materializada em fronteiras geográficas, uma estrutura de governo e domínio sobre alguma comunidade, difere da nação. Para o filósofo polonês Bronislaw Baczko, a nação é amalgamada por um “imaginário social”² que, enquanto imaginário, agrupa experiências compartilhadas para conformação, ou legitimação, da mesma. São “comunidades imaginárias”³, diz Benedict Anderson. Partilhando esse olhar sobre a nação, animando a discussão, assevera José Murillo de Carvalho que:

Mais do que qualquer outra comunidade, as nações exigem para sua sobrevivência a construção de uma identidade coletiva para contrabalançar os muitos fatores de divisão que todas têm de enfrentar. A identidade é uma construção feita de vários ingredientes, em geral carregados de componentes emocionais.⁴

Historiadores, sociólogos, antropólogos, juristas, políticos profissionais, diversos homens se encarregaram de pensar a categoria “brasileiro”, em outras palavras, a nação brasileira. E, assim, ao seu modo, interpretar o Brasil. Raymundo Faoro é um deles. Jurista, historiador, mas, acima de tudo um sociólogo, logrou obras de grande importância para a historiografia contemporânea. “Mais do que cientista social que faz história, é um historiador no cultivo da ciência social no seu todo.”⁵ Em seu texto mais conhecido, *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*⁶, Faoro traça uma estrutura básica que, como uma capa social rígida, engessa, sufoca uma nação que poderia ser brasileira, mas não o é. Sobre essa estrutura, o estamento-patrimonial, Faoro, em entrevista a Jair dos Santos Júnior, diz que: “[...] o Brasil era dirigido por uma classe dirigente sem conexão com uma

² BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

³ ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*, rev. ed. London: Verso Books, 1991.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. Terra do nunca: sonhos que não se realizam. In: BETHELL, Leslie (Org.). *Brasil fardo do passado, promessa do futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁵ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Ed. Nova Fronteira, 2000.

⁶ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008. A partir de então, referir-me-ei a obra apenas como *Os Donos do Poder*.



base, uma classe dirigente que se renovava dentro dela própria. Esse é o estamento, que se renova dentro dele próprio, e se renova por um fenômeno de circulação de elites.”⁷

Os Donos do Poder apresenta uma interpretação *sui generis* das origens⁸ e do desenvolvimento de um Estado brasileiro, não de uma nação brasileira, malograda por ação do próprio Estado. Raymundo Faoro diz sobre um Brasil que, engendrado por uma empreitada portuguesa, português não deixou de ser.⁹

À primeira edição de *Os Donos do Poder*, em 1958¹⁰, edição de pouco sucesso e muitas críticas, Faoro responde com uma segunda edição em 1973¹¹. Nesse momento, a obra toma corpo, em número de páginas, que se amontoam num calhamaço dividido em dois volumes; são as provas que o autor arregimenta e quer levar à público. Provas de um crime cometido por um Estado, que recebe do autor a alcunha de patrimonial-estamental. Esse Estado brasileiro é levado a julgamento, denunciado com provas, evidências, que vão

⁷ GUIMARÃES, Juez (orgs.). Raymundo Faoro e o Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009. p 99.

⁸ Atenho-me ao sentido benjaminiano – referência ao teórico alemão Walter Benjamin – do termo, *Ursprung*. Aqui, origem é aquilo que informa um algo que salta de seu início à sua permanência, desvelando uma estrutura, chave para entendimento de algum processo que subjaz ao observável em uma narrativa. Ver o Prefácio epistemológico-crítico de BENJAMIN, Walter. Origem do drama trágico alemão. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2011. E GAGNEBIN, Jeanne-Marie. História e narração em W. Benjamin. Campinas, SP: São Paulo: Perspectiva / FAPESP / UNICAMP, 1994.

⁹ Peço licença ao leitor para usar a primeira pessoa e dizer que intenciono aqui, nesse pequeno artigo, realizar uma apresentação da teoria do Estado patrimonial-estamental brasileiro de Raymundo Faoro e, por conseguinte, aprofundar em uma questão que, segundo minha leitura, merece discussão, a saber, o lugar da nação tanto no vocabulário de Faoro quanto em sua teoria. Isso, pela via que mais me interessou na leitura de uma obra específica do autor, *Os Donos do Poder*: a denúncia da distância entre nação e Estado, e, por conseguinte, a *não-realização* de uma relação entre as duas partes; o político se ocupando meramente do político, enquanto estamento fechado em si; e, também, a desvinculação das origens sociais dos agenciados desse estamento: entidade plástica, sem forma, sem identidade única e, assim, difícil de se concentrar em um conceito. Não existe a possibilidade de definir sumariamente o patrimonialismo-estamental faoriano sem engessá-lo. Portanto, deixo pistas sobre ele em todo o texto, de forma a não conduzir o leitor até uma conceitualização fechada, minha. Pelo contrário, minha ambição é induzir o leitor a reflexão e instigá-lo a ir até a obra.

Também chamo a atenção para o seguinte fato: as lacunas que persistem no presente artigo são, dedaradamente, lacunas a serem preenchidas pelos especialistas em Faoro. E tenho a consciência de que são várias, as lacunas: a ausência de análise das outras obras de Faoro e suas afinidades com *Os Donos do Poder*, ausência de estudos que comparem Faoro com outros autores de matriz weberiana, como Sérgio Buarque de Holanda, ou mesmo a incipiente apresentação da crítica ao centro de seu modelo interpretativo. Não tive ambição de trazer nenhuma resposta, mas, apenas, indicar questões que, em minha leitura de *Os Donos do Poder*, devem ser colocadas, especialmente, aos atuais estudiosos da história brasileira.

¹⁰ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1958. 271páginas.

¹¹ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1975. 750páginas.



da Revolução do mestre português de Avis ao brasileiro Getúlio Vargas. Ao folhear as páginas de *Os Donos do Poder*, ouve-se esses, os donos do poder, o Estado e o estamento. A nação, essa, sufocada, cala-se.

O estilo de escrita, fato seguido de fato, a nação que não aparece, sufocam além da nação, também o leitor. Ao se enveredar pelo raciocínio de Faoro, o incômodo é inevitável. Um incômodo que se dá não por ser desinteressante o que se lê, mas por fazer o leitor brasileiro, flagrar ali, nas páginas, ou provas, a nação silenciada, *bestializada*¹², diante da força política do estamento, por vezes confundido com o próprio Estado. São vestígios de um passado reconstituído em forma de denúncia.

Entendido que *Os Donos do Poder* não se trata de um texto descompromissado, fechado em discussões internas à academia, mas, sim, de uma obra que pensa o Brasil, objetiva-se aqui conjecturar sobre a pertinência da teoria do Estado patrimonial-estamental brasileiro – mesmo hoje –, discutindo as asserções do autor e as críticas recebidas pela teoria faoriana.

No movimento historiográfico e sociológico dos anos de 1950 a 1970, período de escrita da obra em questão, correntes teóricas exerciam sobre a intelectualidade seu fascínio; evidenciam-se três: marxismos, weberianismo e estruturalismos. Em especial, os marxismos brasileiros pensavam com maior empenho a nação, o Estado e, claro, os caminhos para revolucionar esse Estado. Faoro discute, então, nesse ambiente.

Raymundo Faoro traça um panorama social brasileiro a partir de estruturas, ou mesmo de um marxismo bastante analítico, ao estilo de Florestan Fernandes, apropriando-se de um vocabulário weberiano, instrumentalizando-o à sua própria maneira. Não obstante Faoro negue ser weberiano no prefácio à edição de 1973, o registro não dissimula o fato de seu vocabulário ser. Vocabulário e conceitos weberianos são, em grande medida, explorados, discutidos, ao modo do autor, isto é, adequados à realidade brasileira. Em entrevista, ele mesmo diz que “talvez nenhum autor tivesse me [à Faoro] sugerido tanto como o Weber”.¹³ Weber, de fato, segundo o próprio autor, foi importante teórico em sua formação acadêmica que, depois de conhecido, tornou complexa as relações sociais dicotômicas comuns à bibliografia acadêmica conhecida por ele nos tempos de faculdade:

¹² Faço referência específica a obra que, em alguma medida, é concordante com a teoria faoriana, a saber: CARVALHO, Jose Murilo de. *Os Bestializados : o Rio de Janeiro e a Republica que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

¹³ GUIMARÃES, Juarez (orgs.). *Raymundo Faoro e o Brasil*. p. 98.



uma bibliografia marcada por “um marxismo muito primário”¹⁴, segundo o jurista gaúcho. Faoro não se alinhou a nenhum grupo teórico. Seu esforço foi o de se apropriar da linguagem das ciências políticas, história, filosofia, na medida em que essas linguagens fossem pertinentes para explicar a realidade brasileira. Seu léxico é, dessa forma, weberiano, marxista, estruturalista, diverso.

O conceito-chave de sua obra, o “patrimonialismo-estamental”, é, num todo, uma categoria ideal weberiana¹⁵. Categoria ideal eleita por estar consoante à estrutura de longa duração constatada por Faoro, pois “De D. João a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo.”¹⁶ É a estrutura patrimonial-estamental, difícil de definir, talvez por isso, alvo de tantas críticas; tanto pelo seu significado ideal em Weber, quanto pela não explicitação esquemática no próprio texto de Faoro. O conceito porta um caráter absoluto, quase meta-histórico.

Uma das mais contumazes críticas ao estamento de Faoro parte da historiografia de matriz marxista¹⁷. Essa, não é simpática ao pessimismo em relação à Revolução – no sentido marxiano do termo – que se pode deduzir da obra. Faoro também não enxerga as estruturas econômicas determinantes e as superestruturas determinadas, conforme os esquemas do marxismo clássico¹⁸, necessários para explicar o passado brasileiro, entendido como “feudal” pelo mesmo. Faoro não identifica um feudalismo, vê um patrimonialismo, dirigido por um estamento. São conceitos por vezes difíceis de desdobrar as diferenças, mesmo dentro dos esquemas propostos por Weber. Vejamos um pouco da discussão endurecida em relação aos conceitos utilizados por Faoro:

A diferenciação entre patrimonialismo e feudalismo (...) nem sempre é inequívoca. Zabludovsky, por exemplo, destaca a ambigüidade que

¹⁴ GUIMARÃES, Juarez (orgs.). Raymundo Faoro e o Brasil. p. 98.

¹⁵ Ver WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (org). *Weber*. São Paulo: Ática, 1991. WEBER, Max. O conceito de ordem legítima/ tipos de ordem legítima/ justificação da ordem legítima. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez/ Unicamp, 1992.

¹⁶ FAORO, Raymundo. Os donos do poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo: Globo, 2008. p. 819.

¹⁷ Como salienta Fábio Konder Comparato: “É claro que a interpretação que Faoro deu da História do Brasil irritou profundamente a crítica marxista, pois tornava dispensável o recurso metodológico ao esquema da luta de classes.” Ver COMPARATO, Fábio Konder. Raymundo Faoro historiador. *Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.48, pp. 330-337. ISSN 0103-4014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000200024&lng=pt&nrm=iso&tln=g=pt.

¹⁸ Procuro aqui delinear a diferença entre marxismo clássico ortodoxo em detrimento de um marxismo aberto a reformas, conforme obra de Raymond Aron: ARON, Raymond. O marxismo de Marx. 2. ed. São Paulo: Arx, 2005.



Weber empresta ao termo patrimonialismo. Geralmente, diz a autora, Weber classifica-o como sub tipo de dominação tradicional, ao lado do feudalismo. Às vezes, porém, patrimonialismo é tratado por Weber como sinônimo de dominação tradicional, sendo feudalismo um modo de patrimonialismo, identificado com o patrimonialismo estamental. Daí a diferenciação feita pela autora entre patrimonialismo em sentido amplo (sinônimo de dominação tradicional, que engloba o feudalismo) e patrimonialismo no sentido estrito (um modo de dominação tradicional, ao lado do feudalismo).

Talvez essa ambigüidade se deva ao fato, para Weber, de o feudalismo possuir, contraditoriamente, tanto elementos tipicamente patrimoniais – como culto à fidelidade pessoal ao governante – quanto características tipicamente extrapatrimoniais – como a complexa e minuciosa estipulação contratual (mesmo que não-escrita, costumeira) de direitos e deveres entre governantes e quadros administrativos.¹⁹

Visto isso, o quão difícil é delinear os limites desse conceito, o patrimonial-estamental, afastar-se da obra de Weber e discutir o conceito a partir da obra de Faoro, pensando o que Faoro entendia por Estado patrimonial-estamental, faz-se pertinente. Lembrar que os conceitos propostos por Weber são ideais, ou seja, dados a adequações, é importante para compreender a instrumentalização dos mesmos pelo autor que, a partir dessas categorias ideias weberianas, determina quem seriam os donos do poder na estrutura política brasileira. Faoro se apropria desses conceitos, não como militante, de antemão afeito a um projeto político, mas como cientista social, dado ao seu projeto intelectual – se Faoro tem ou não um projeto, isso será discutido adiante. Simon Schwartzman, em sua obra *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, na qual o patrimonialismo é discutido em profundidade, evidencia em capítulo intitulado “Neopatrimonialismo e a questão de Estado” os diversos usos da terminologia weberiana para compreensão dos processos políticos latino-americanos, especialmente, no caso brasileiro. Faoro é um deles. Em *Os Donos do Poder*, como já citado, é latente a dominação exercida por esse estamento, corroborado, ou, nas palavras de Weber, justificado, pelo poder tradicional do patrimonialismo.

Ademais, além das críticas estritamente conceituais, apegadas a um conceitualismo duro, as quais não alcançaram a forma faoriana de emprego das categorias weberianas – friza-se, ideais –, críticos têm suas ressalvas aos limites de averiguação histórica do suporte teórico principal da obra de Faoro, a saber, o estamento-patrimonial. Maria Aparecida Azevedo Abreu, em artigo intitulado “Raymundo Faoro: Quando Mais é Menos”²⁰, lembra as críticas de Antônio Paim e do sociólogo Leopoldo Waizbort. Suas críticas vão em

¹⁹ CAMPANTE, Rubens Goyatá. patrimonialismo em Faoro e Weber. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 46, n.º 1, 2003.

²⁰ ABREU, Maria Aparecida Azevedo: “Raimundo Faoro: quando o mais é menos”, Perspectivas,. SP. V. 29, pp. 169-189, 2006.



direção ao centro do texto faoriano. Para eles, Faoro força sua teoria, conformando fatos, elegendo, esquecendo situações ou acontecimentos. Paim escreve que Faoro ficou tão pasmado com sua teoria que “ofuscado pela magnitude da própria descoberta” – o estamento brasileiro – tentou provar sua tese a qualquer custo²¹. Waizbort diz que “poderíamos dizer, um pouco provocativamente, que Faoro possui sua história já pronta de antemão.”²² Diz mais, em referência à obra *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, na qual Faoro discute o segundo reinado por um olhar machadiano, procurando localizar o funcionamento do estamento nesse período chave, quando da conformação do estamento propriamente brasileiro – sem perder a origem lusitana –, Waizbort aponta que Faoro “vê o que Machado não vê”.

As elucubrações acusativas supracitadas adentram o terreno da teoria da história. Pensar que Faoro foi ambicioso e, em suas centenas de páginas de fatos atrás de fatos, tentou de forma enciclopédica, como um positivista rankeano²³, dar conta de uma verdade factual, é tentador. Ou mesmo acusar Faoro de tecer uma narrativa ideologizante, no sentido durkheimiano do termo, urdindo uma trama de verdade frágil. Tais acusações são inaveriguáveis, na medida em que se entende, assim como informa o historiador José Carlos Reis, a impossibilidade de isenção em um discurso, seja ele qual for; ser ideologizante faz parte de um bom processo argumentativo. Em sua obra *A História entre a Filosofia e a Ciência*, Reis, discutindo o esforço historicista de afastar-se da filosofia, o qual procura aproximar-se das ciências sociais, como ciência “verdadeira”, informa sobre a impossibilidade de se abster de uma filosofia da história. Ela estaria subjacente em qualquer texto que narra alguma história.

Além do já dito, Faoro impede o leitor atento de cair nessa tentação simplista, demarcando em sua obra suas impressões dos fatos narrados. A especial leitura do primeiro e do último capítulo de *Os Donos do Poder* não deixam dúvida: Faoro interpreta o Brasil. Neles, o autor explicita seu objetivo, a saber, por seus fatos apresentados, ou provas, delimitar os contornos de um Estado brasileiro patrimonial-estamental, paulatinamente.

Dentro da discussão conceitual e teórica, sem fugir da proposta faoriana, a cientista política Kátia M. Barreto aclara outra questão colocada pela crítica: quem seria esse corpo sem rosto, o tão falado estamento? O possível intento de Faoro em não explicitar quem é o estamento, é desenvolvido por Barreto nos seguintes termos:

²¹ Ver PAIM, Antonio. *A querela do estatismo*. 2. ed. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1994.

²² WAIZBORT, L. “Influências e invenção na sociologia brasileira (desiguais porém combinados)”. In: MICELI, S. *O que ler na ciência social brasileira*, 2002. p 85 – 174.

²³ REIS, José Carlos. *História entre a filosofia e ciência*. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.



O que parece estar subjacente ao raciocínio de Faoro na constituição da relação estamental é que não interessa tanto quem a constitui, até porque os atores vão sendo substituídos durante a história. Mas como se constitui. As práticas é que são relevantes.²⁴

A partir da leitura total da obra é que se pode construir uma idéia de o que seria esse estamento. Faoro não determina de forma clara quem é o estamento, mas trata de como funciona, com quem se relaciona, a quem interessa a sua existência e, especialmente, o que realizou e tem realizado esse estamento dentro da história brasileira; sensivelmente percebe as dissimulações e o uso de máscaras no jogo político²⁵. Explicita alguns desses atores, aponta-os, a partir de um acontecimento esboçado, identificando quem está fazendo parte do corpo estamental num certo momento político da história, apropriando-se da estrutura de poder tradicional na política lusitana-brasileira, o estamento. Segundo Faoro, assim se dá a constituição do Estado brasileiro. Resta aqui, então, lembrar onde, na obra, se demarca de melhor forma essa incompreendida estrutura estamental.

Partindo da chamada Revolução Portuguesa do Mestre de Avis, quando uma nobreza se alia ao Rei por um processo de negociação, Faoro averigua uma camada de poder que aos poucos delimita seus contornos. Tal estrutura de poder, assegurada por “privilégios jurídicos [...] pela lei ou pela tradição”²⁶, seguiu como uma capa social rígida, nas palavras do próprio autor, perene mas plástica – sabendo adequar-se as demandas e movimentos da política e sociedade. Essa estrutura, o estamento, como já discutido anteriormente, são atores diversos: instituições privadas, do Estado, grupos econômicos, políticos, aliados ou legitimados pelo Estado e suas tradições. Criam, esses atores, relação profícua com o patronato, o Estado, engendrando uma autarquia chamada Estado patrimonial-estamental. Essa estrutura não poética, não cria ou recria nada de si para fora-de-si; fechada em si, pensa apenas em si. O estamento pensa em si e no Estado; o Estado pensa em si e, para tanto, preocupa-se com o bem-estar do estamento.

São de fato atores diversos e mutáveis, parte de um mesmo corpo, o estamento. Para essa identidade comum funcionar, é preciso entender o seguinte: ao se tornar parte dessa estrutura estamental, os atores desvinculam-se de sua origem, tomando-se parte do Estado patrimonial-estamental, perdendo assim sua identidade original para conformar-se à nova, impossibilitando uma representatividade da origem, desmantelada pela força do estamento. A denúncia central de Faoro é essa, a saber, que há uma ruptura entre o Estado

²⁴ BARRETO, Kátia M. Um projeto civilizador: revisitando Faoro. Lua Nova, São Paulo, n. 36, 1995.

²⁵ A título de exemplo: “Getúlio Vargas, na multiplicidade de papéis que lhe querem impor, tem o seu próprio.” Ver FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. p. 705.

²⁶ FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. p. 261.



e a nação, mesmo quando o Estado é composto por entes, classes, originárias da nação como já dito. Assim foi, também, fundado o Estado português, de acordo com Faoro. Uma realidade transportada até o outro lado do Atlântico, aqui fazendo morada e permanecendo; trabalhando em prol dessa ruptura, malogrando o advento de uma nação de fato brasileira. As tentativas de diálogo – entendido aqui como os momentos da história brasileira em que a nação fala ou tenta falar, quando não geme ou grita – foram violentamente extinguidas por parte do Estado, seja o português, nos idos da colonização, ou mesmo o brasileiro, quando o estamento e seu justificador, o Estado, são questionados. 1817 no Recife, 1824 e seus confederados nordestinos, são exemplos por Faoro citados; reações espasmódicas de antigas elites de um Brasil que nunca houve. “O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu Estado-maior.”²⁷

Esse afastamento entre nação e Estado, além da desvinculação do funcionário do estamento e sua origem, são pontos em que o historiador-jurista se ancora. Faoro constata movimentos de contestação. Mas os mesmos não prevalecem e, a cada movimento revolucionário do estamento, a nação não se pronuncia. Golpes de Estado, militares no poder, alianças oligárquicas, coronelismo são assistidos por uma nação sem voz, impotente, castrada pelo Estado estamental-patrimonial. Em *Os Donos do Poder*, o silêncio dessa nação é o maior argumento do autor para corroborar sua tese.

O patronato não é, na realidade, a aristocracia, o estamento superior, mas o aparelhamento, o instrumento em que aquela se expande e se sustenta. Uma circulação de seiva interna, fechada, percorre o organismo, ilhado da sociedade, superior e alheio a ela, indiferente à sua miséria. O que está fora do estamento será a cera mole para o domínio, enquanto esta, calada e medrosa, vê no Estado uma potência inabordável, longínqua, rígida.²⁸

E sobre a nação, o povo, pouco citado em *Os Donos do Poder*, diz ainda Faoro:

E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, que quer ele? Este oscila entre o parasitismo, a mobilização das passeatas sem participação política, e a nacionalização do poder, mais preocupado com os novos senhores, filhos do dinheiro e da subversão, do que com os comandantes do alto, paternos e, como o bom príncipe, dispensários de justiça e proteção. A lei, retórica e elegante, não o interessa. A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou.²⁹

Durante o período colonial, o Brasil permanece como pedaço da estrutura estamental portuguesa. Os impostos e riquezas enviados à Coroa são os mesmos que

²⁷ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008. p. 837.

²⁸ _____. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. p. 449.

²⁹ _____. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. p. 837.



saldam os gastos e pensões devidos aos fidalgos e dependentes do corpo estatal português. E, com a transmigração da corte portuguesa para as terras brasileiras, tal estrutura é também transmigrada. É a partir de então que, segundo Faoro, funda-se o Estado patrimonial brasileiro. Referindo-se ao período imperial, Faoro evidencia que:

O predomínio do soberano, legitimado no Poder Moderador, a centralização articulada, na corte, pela vitaliciedade, o voto manipulado não criam, como entidades feitas de vento, o sistema político. Este assenta sobre a tradição, teimosa na sua permanência de quatro séculos, triturando, nos dentes da engrenagem, velhas ideias importadas (...). Sobre as classes que se armam e se digladiam, debaixo do jogo político, vela uma camada político-social, o conhecido e tenaz estamento, burocrático nas suas expansões e nos seus longos dedos. Nação, povo, agricultura e comércio obedecem a uma tutela, senhora e detentora da soberania.³⁰

O séc. XIX, da chegada da corte portuguesa ao período do Império é, assim, crucial para compreensão do estamento-patrimonial como elemento típico da política portuguesa-brasileira (vide a quantidade maior de capítulos dedicados ao período em *Os Donos do Poder*). Nesse momento, quando da transmigração da Coroa, na visão de Faoro, uma possível emancipação em relação ao modelo estamental-patrimonial aos moldes portugueses é malograda. Uma elite formada já ensaiava empreender, tal qual se observa em alguns países hispano-americanos, um movimento de autonomia econômica e política. São enumerados, na própria obra, os diversos movimentos de contestação aos poderes centralizadores nos fins do séc. XVIII; portugueses ou da estrutura colonial. Mas, com a transmigração da Coroa e, conseguinte, o advento do Estado brasileiro autônomo em relação à Coroa portuguesa, paradoxalmente engendrado por elites portuguesas, a estrutura política transmigrada se sedimenta. Estrutura essa que é corroborada por José Murillo de Carvalho, historiador, autor de importante obra sobre o Império brasileiro. José Murillo destaca o período como lugar de uma “dialética da ambiguidade”, quando, autorizados pelo poder moderador, a figura imperial, grupos partidários, grupos políticos, classistas ou não, alternavam-se no poder³¹, estrutura que Faoro chama de estamento.

Ainda na “viagem redonda” proposta pelo autor, ao proclamar-se a República, nada muda. Os Militares, um dos fatores da assim chamada proclamação, assediam o estamento, adentrando-o, para permanecerem por um tempo significativo. Sem perder o total controle desse estamento, grupos econômicos, especialmente os cafeeiros, alternam-se no poder, ainda numa dialética da ambiguidade: a chamada “política dos governadores”.

³⁰ FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. p. 444 - 445.

³¹Ver José Murillo de Carvalho, I – *A Construção da Ordem*, II – *Teatro de Sombras*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume Dumará, 1996.



É com Getúlio Vargas, apenas, que, na visão de Faoro, se discute o Brasil: é produzido um discurso e uma *praxis* política brasileira; ou seja, uma discussão teórica a respeito do Brasil e uma prática política nos termos dessa teoria são ensaiadas. Mesmo que Getúlio ainda não rompa com a estrutura patrimonial-estamental, o “pai dos pobres” aproxima o Estado da nação, fenômeno único, até então, constatado por Faoro em sua reconstituição do que se passou no Brasil, do dito achamento à República.

Essa simpatia ao projeto varguista, talvez oriunda de um positivismo gaúcho, pois o autor era gaúcho, aquiesce em alguma medida com o olhar faoriano sobre o Brasil³². O positivismo gaúcho é tradicionalmente alinhado à idéia da ação do Estado como “coordenador e disciplinador dos interesses coletivos” – palavras de Getúlio –, provedor de um equilíbrio supraclassista. Quando esse Estado age de forma a coordenar os interesses da nação, promovendo uma aproximação entre as duas partes, Faoro tem elogios. Quando não, o autor averigua o caos, ou a atuação nociva do estamento, preocupado com assuntos intestinos à dinâmica de seu funcionamento, mantendo o distanciamento entre o Estado e a nação. Nesses termos, pensando Faoro como politicamente simpático ao projeto positivista gaúcho, em síntese: o Estado seria o problema, pois, no Estado residiria a solução. Por isso um estudo tão profundo, um olhar tão preocupado com o histórico e funcionamento da estrutura do Estado brasileiro em *Os Donos do Poder*.

Após essa breve análise, objetivando traçar as balizas teóricas propostas por Faoro para uma interpretação do Brasil, fica a pergunta: averigua-se esse Brasil faoriano?

De fato, Faoro animou e anima as discussões acerca da identidade brasileira enquanto algo a ser pensado e repensado, reflexão pertinente para confrontar o ser brasileiro de outrora e o de hoje. Se não temos ainda uma nação que se relaciona de forma intensa com o Estado que, em grande medida, confere a ela identidade, a teoria faoriana ainda é instrumento eficaz de análise da realidade brasileira.

Consoante à visão do texto faoriano que se presta aqui, Bernardo Ricupero e Gabriela Ferreira, em artigo intitulado “Raymundo Faoro e as interpretações do Brasil”, sintetizam assim, a origem do Estado patrimonial-estamental brasileiro:

Faoro, como outros intérpretes da experiência brasileira e latino-americana, considera que conviveriam no país, lado a lado, duas sociedades distintas. No entanto, diferentemente, por exemplo, de Euclides da Cunha que entende a oposição entre litoral e sertão com base em determinantes geográficas, *Os Donos do Poder* a explicita a partir de fatores sociais, em particular, a ação do estamento burocrático

³²Ver BOSI, Alfredo. *Dialetica da colonizacao*. 3. ed. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1998. p 306.



ao longo da história brasileira. Expressão da civilização européia, agiu sobre o ambiente americano sem, contudo, transformá-lo inteiramente. Estaria aí a origem da permanente tensão entre a metrópole e a colônia, o Estado e a nação no Brasil.³³

“As armadilhas trágicas que o povo brasileiro sofreu foram frutos dos privilégios e da ganância da minoria dominante”³⁴, salienta o historiador José Honório Rodrigues. Anuindo a essa ideia, Faoro, com linguagem barroca, fala de “Quatro séculos de hesitação e de ação, de avanços e recuos, de grandeza e vacilação.”³⁵ Esses dois, “Estado e nação, governo e povo, dissociados e em velado antagonismo, marcham em trilhas próprias”³⁶, num rumo mesmo. É uma nação que não existe em um Estado que não se deixa existir em sua completude, como âncora de uma nação. São duas partes que se buscam, em contínua procura recíproca. Uma nação malograda e um Estado patrimonial-estamental. Uma imagem que Raymundo Faoro traça com linhas fortes.

Essa comunidade imaginária que, para solver seus problemas, precisa do ancoramento do Estado, deve, segundo Faoro, “devagar e urgentemente”³⁷ traçar um horizonte no qual o Estado deixe de se retro-alimentar, deixe de pensar apenas em si e pense a nação. Talvez fosse esse o projeto faoriano, que, como um promotor público, denuncia a sufocante realidade da impotente nação brasileira ao seu modo e espera que a mesma, ao folhear sua obra, perceba a medida real de sua denúncia, relacionada à experiência dessa nação malograda. Como já dito, *Os Donos do Poder* não é um texto descompromissado, é uma obra que pensa o Brasil e, do mesmo, demanda ação.

Recebido em: 07/05/2012

Aprovado em: 19/06/2012

³³ RICUPERO, B. ; FERREIRA, G. N. . Raymundo Faoro e as interpretações do Brasil. Perspectivas (São Paulo), v. 28, p. 37-55, 2005.

³⁴ RODRIGUES, José Honório; RODRIGUES, Leda Boechat. Ensaios livres. São Paulo: Imaginário, 1991. p. 4.

³⁵ FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro. p. 114.

³⁶ _____. Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro. p. 114.

³⁷ Conforme a canção “Todo o Sentimento” de Chico Buarque de Holanda. Ver HOLANDA, Chico Buarque de. Francisco. Chico Buarque, Cristóvão Bastos, Edu Lobo, Vinícius Cantuária, João Donato, composições; Chico Buarque e Vinícius Cantuária, vozes. São Paulo: BMG Ariola, 1987.